

Transições

Centro Universitário Barão de Mauá

<https://doi.org/10.56344/2675-4398.v4n2a2023.3>



Título

Extensão curricularizada na prática: desafios, dificuldades e possibilidades

Autores

Cristina Buischi Petersen

Andréa Cristina Tomazelli

Patrícia Rodrigues Miziara Papa

Valéria Tomás de Aquino Paracchini

Ano de publicação

2023

Referência

PETERSEN, Cristina Buischi; TOMAZELLI, Andrea Cristina; PAPA, Patricia Rodrigues Miziara; PARACCHINI, Valéria Tomás de Aquino. Extensão curricularizada na prática: desafios, dificuldades e possibilidades. **Transições**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, 2023.

Recebimento: 30/11/2023

Aprovação: 04/12/2023

EXTENSÃO CURRICULARIZADA NA PRÁTICA: DESAFIOS, DIFICULDADES E POSSIBILIDADES

CURRICULARIZATION OF EXTENSION IN PRACTICE: CHALLENGES, DIFFICULTIES AND POSSIBILITIES

Cristina Buischi Petersen*
Andréa Cristina Tomazelli**
Patrícia Rodrigues Miziara Papa***
Valéria Tomás de Aquino Paracchini****

Resumo: A extensão universitária como prática nas instituições de ensino superior já é uma realidade há tempos. Tornou-se obrigatória para todos os cursos de graduação a partir da publicação da resolução nº 7 de 2018, devendo compor 10% da carga horária de todos os cursos a partir de 2021. A extensão universitária é uma prática acadêmica que se caracteriza pela interação da IES com a sociedade, visando promover a troca de conhecimentos e experiências entre a IES e a comunidade. Mas será que na prática a extensão tem atingido seus objetivos nas IES? Como estão sendo desenvolvidos os projetos nas disciplinas extensionistas desde a obrigatoriedade de sua curricularização? Buscando responder a tais perguntas, o objetivo deste estudo é analisar documentos referentes à extensão curricularizada de um Centro Universitário do interior do estado de São Paulo, buscando evidências que demonstrem a efetividade da

* Doutorado em Ciências pela USP. Docente do Centro Universitário Barão de Mauá. Contato: cristina.petersen@baraodemaua.br

** Doutorado em Ciências Biológicas pela USP. Docente do Centro Universitário Barão de Mauá. Contato: andrea.tomazelli@baraodemaua.br

*** Mestrado em Educação pelo Centro Universitário Moura Lacerda. Pró-reitora do Centro Universitário Barão de Mauá. Contato: patricia.papa@baraodemaua.br

**** Mestrado em Ciência da Computação e Matemática Computacional pela USP. Reitora do Centro Universitário Barão de Mauá. Contato: valeriat@baraodemaua.br

extensão como processo de formação alinhada aos seus objetivos como proposto nos requisitos teóricos e legais. Para tanto, foram realizados levantamento bibliográfico e pesquisa documental em 29 disciplinas extensionistas ministradas no primeiro semestre de 2023. Os resultados demonstraram que há uma busca por atender os pressupostos da extensão, principalmente no que se refere ao papel da extensão na formação profissional. Entretanto, há dificuldades em estabelecer objetivos claros para a comunidade e em avaliar os impactos da extensão. Tal dificuldade pode ser decorrente da inexperiência e do pouco tempo com disciplinas extensionistas, visto que o docente está habituado a pensar nos objetivos educacionais para os discentes e não para a comunidade. Uma possibilidade para a mudança nesse aspecto seria intensificar as capacitações em formato dialógico, permitindo ao docente trazer suas dificuldades e compartilhá-las com os demais buscando soluções coletivas. Contudo, ressalta-se a importância que a extensão assume na formação profissional, colocando os graduandos em contato com a realidade da comunidade e buscando meios para solucionar problemas reais, de acordo com o perfil de formação de cada área. Além disso, aproxima a IES da comunidade contribuindo para o exercício da cidadania e também para a inserção dos futuros profissionais no mundo do trabalho. Importante destacar que as IES proponham instrumentos de avaliação das ações e indicadores de resolutividade para mensurar os impactos na comunidade. Tais instrumentos são fundamentais para que docentes e discentes possam planejar suas ações de forma mais assertiva, buscando de fato a melhoria da qualidade de vida da comunidade foco da extensão.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Curricularização. Formação acadêmica.

Abstract: University extension as a practice in higher education institutions has been a reality for some time. It became mandatory for all undergraduate courses after the publication of resolution no. 7 of 2018, with the requirement to constitute 10% of the workload for all courses starting in 2021. University extension is an academic practice characterized by the interaction of the institution of higher education with society, aiming to promote the exchange of knowledge and experiences between the institution and the community. However, in practice, is extension achieving its objectives in institutions? How are projects in extensionist disciplines being developed since the mandatory inclusion in

the curriculum? In an attempt to answer these questions, the objective of this study is to analyze documents related to the curricularized extension of a University Center in the interior of the state of São Paulo, seeking evidence that demonstrates the effectiveness of extension as a training process aligned with its goals as proposed in theoretical and legal requirements. To achieve this, a bibliographic survey and documentary research were conducted on 29 extensionist disciplines taught in the first semester of 2023. The results showed that there is an effort to meet the assumptions of extension, especially regarding the role of extension in professional training. However, there are difficulties in establishing clear objectives for the community and in evaluating the impacts of extension. This difficulty may be due to the inexperience and limited time with extensionist disciplines, as teachers are accustomed to thinking about educational objectives for students and not for the community. One possibility for a change in this aspect is to intensify training in a dialogical format, allowing teachers to bring their difficulties and share them with others in search of collective solutions. However, it is important to emphasize the role that extension plays in professional training, placing undergraduate students in contact with the reality of the community and seeking ways to solve real problems according to the training profile of each area. Additionally, it brings the institution closer to the community, contributing to the exercise of citizenship and the integration of future professionals into the world of work. It is important to highlight that institutions should propose evaluation instruments for actions and resolution indicators to measure the impacts on the community. Such instruments are essential so that teachers and students can plan their actions more accurately, truly seeking to improve the quality of life for the community targeted by the extension.

Keywords: University Extension. Curricularization. Academic education.

INTRODUÇÃO

A extensão universitária curricularizada no Brasil representa um importante pilar na construção de uma educação superior que transcende as paredes da sala de aula, promovendo o engajamento social e a formação cidadã dos estudantes. Essa abordagem vai além da mera oferta de atividades extracurriculares, incorporando a extensão

como parte integral do currículo acadêmico. Como bem destacou o educador Paulo Freire, um dos mais influentes pensadores da educação brasileira, a extensão universitária, ao se transformar em parte integrante da formação, rompe com a lógica tradicional que separa teoria e prática, enriquecendo a formação dos estudantes e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (FREIRE, 1983; SANTIAGO, 2017).

Neste contexto, a extensão universitária curricularizada não apenas proporciona aos alunos a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos em sala de aula na solução de problemas reais, mas também fortalece a relação entre a universidade e a comunidade, favorecendo a troca de saberes e a promoção do bem-estar social.

As primeiras ações extensionistas foram realizadas na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, no final do século XIX com o oferecimento de um programa formal de cursos de extensão sobre Literatura, Ciência e Economia Política, incluindo como público-alvo trabalhadores das minas de carvão. Na Universidade de Oxford também eram realizadas atividades extensionistas direcionadas para bolsões de pobreza. Nos Estados Unidos da América, a extensão universitária se consagrou em 1903, através de ações de modernização da tecnologia (CARDOSO, 2020).

Na Europa, a extensão universitária é muitas vezes integrada ao conceito mais amplo de responsabilidade social das universidades. A ideia de que as instituições de ensino superior têm um papel fundamental na promoção do bem-estar social é profundamente enraizada. As universidades europeias frequentemente colaboram com organizações locais, governos e comunidades para identificar necessidades e oportunidades de engajamento. A extensão faz parte da missão universitária, e os objetivos incluem o desenvolvimento local, a promoção

da cidadania ativa e a solução de problemas da comunidade (NUNES; PEREIRA; PINHO, 2017).

Os programas de extensão universitária na Europa são, muitas vezes, mais formalizados e integrados ao currículo acadêmico. As instituições frequentemente oferecem cursos e disciplinas dedicados à extensão, e os estudantes podem receber créditos acadêmicos por seu envolvimento. O termo correlato à extensão mais adotado é "Terceira Missão" (*Third Mission*), e subdivide-se em três subáreas: Educação Continuada, Transferência de Tecnologia e Inovação, e Engajamento Social. Além disso, o financiamento da extensão geralmente provém de fontes públicas e privadas, e as universidades muitas vezes colaboram estreitamente com órgãos governamentais e ONGs para garantir a sustentabilidade dos projetos (TEIXEIRA, 2015).

Na América do Norte, a extensão universitária é caracterizada por uma abordagem mais diversificada e descentralizada. As instituições de ensino superior nos Estados Unidos e Canadá têm uma longa tradição de envolvimento comunitário, embora a natureza e o escopo desse envolvimento possam variar amplamente de uma instituição para outra. A extensão frequentemente é conduzida por meio de centros e programas específicos que colaboram com a comunidade local (DE PAULA, 2013).

A flexibilidade é uma característica da extensão universitária na América do Norte. Os programas podem variar de cursos de extensão não creditados a parcerias de pesquisa substanciais e projetos de desenvolvimento comunitário. O financiamento geralmente é obtido por meio de uma variedade de fontes, incluindo verbas públicas, doações privadas e contratos de pesquisa. Isso reflete a diversidade de abordagens e a ênfase na inovação e adaptabilidade (ARAÚJO, 2018).

Embora haja diferenças na forma como a extensão universitária é estruturada e implementada na Europa e na América do Norte, ambos

os sistemas compartilham o compromisso de envolver as instituições de ensino superior com a comunidade. No entanto, a abordagem europeia, que teve seu início na Inglaterra e se propagou para todo o continente, caracteriza-se por ser desenvolvida a partir de grupos independentes, em decorrência da expressão de um cenário de engajamento de diversos setores (Universidade, partidos políticos, Igreja e etc.) em busca de legitimação e solidez com a implementação do Estado de bem-estar social. Enquanto a americana é mais descentralizada e diversificada, pois resultava de iniciativas oficiais das próprias instituições, com uma tendência austeramente liberal, com o propósito de mobilizar a Universidade no enfrentamento de questões econômicas, na aceção de transferência de tecnologias e de uma maior proximidade com o setor empresarial (ARAÚJO, 2018).

O estudo comparativo entre Europa e América do Norte destaca a diversidade de abordagens e a importância de adaptar as práticas de extensão às necessidades locais e contextos culturais específicos.

Dessa forma, na América do Sul, no início do século XX por influências norte americana e europeia, as atividades extensionistas eram direcionadas para prestação de serviços, realização de cursos e assistências à população. No ano de 2018, na Argentina, o movimento de Córdoba é considerado um marco histórico na extensão universitária latino-americana, por tentar implementar um modelo institucional que atribuiu uma identidade e um modelo de atuação renovado no ensino superior aproximando a universidade da população e das classes operárias a fim de superar os quadros de dependência e subdesenvolvimento (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2020).

No Brasil, em 1911, a Universidade Livre de São Paulo foi pioneira em oferecer atividades de extensão com a realização de conferências que trabalhavam diversos temas. A década do 60 foi marcada pela Reforma Universitária, e pela alfabetização de adultos, método

desenvolvido pelo pernambucano Paulo Freire, que em seu livro “Extensão ou Comunicação?” produzido nesta década, trouxe os primeiros passos para uma educação problematizadora e para ações extensionistas (CARDOSO, 2020).

A educação problematizadora humaniza educador e educando, enquanto a educação tradicionalmente bancária doméstica. O saber não pode ser doado ou entregue, ele deve ser construído por meio de um processo educativo de conscientização crítica. Assim, a extensão enquanto educativa só é possível se, o educador fizer de sua ação comunicação, ou seja, não é o termo extensão que define a ação, mas a relação e a ação que o educador estabelece com o educando e ambos com seu mundo (FREIRE, 2018).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, no Brasil, a extensão universitária passa a compor o tripé ensino, pesquisa e extensão como pressuposto basilar da Educação Superior, por meio do princípio de indissociabilidade. E desde então, passou a ser um desafio sua implementação no contexto da universidade e sua função enquanto ação educadora para docentes, discentes, universidade e comunidade (BRASIL, 1988).

O Marco Regulatório da Extensão, por meio da Resolução do Ministério da Educação nº 7/2018 inaugurou um novo capítulo na história, que precisa ser bem compreendido uma vez que provocou um movimento nacional de revisão curricular dos cursos de graduação visando à integralização de atividades no currículo para curricularizar a extensão constituindo-se em um desafio para a comunidade acadêmica (TOMAZELLI et al, 2022).

A partir dessa breve revisão histórica sobre a construção da extensão universitária como prática, pode-se entender extensão como diálogo entre sujeitos coparticipantes. Nesse sentido, a curricularização da extensão pode ser entendida como um processo de educação que

ocorre por meio do diálogo entre docência, discência e comunidade, e não como forma de oferecer um conhecimento existente no meio acadêmico, a quem se julga ainda não o ter, pois ao curricularizar a extensão, a universidade ampliam o diálogo crítico para uma construção colaborativa de novos conhecimentos e práticas interdisciplinares transformadoras.

CONCEITO DE EXTENSÃO

De acordo com Paulo Freire (1983), a extensão universitária representa uma prática acadêmica e social profundamente comprometida com a transformação da realidade e a promoção da justiça social. Para Freire (1983), a extensão não deve ser uma mera transmissão de conhecimento de cima para baixo, mas sim um processo de diálogo e interação genuína entre a universidade e a comunidade. A extensão deve ser uma via de mão dupla, na qual os conhecimentos acadêmicos e as experiências da comunidade se entrelaçam e se enriquecem mutuamente.

Nessa perspectiva, a extensão universitária deve ser uma ferramenta de empoderamento das pessoas, capacitando-as a compreender e transformar sua própria realidade. Ela não apenas transfere conhecimento, mas também estimula a reflexão crítica, a conscientização e a ação transformadora (FREIRE, 1983; PAULA, 2013).

O conceito de extensão universitária no Brasil, atualmente, tem como base a visão de Paulo Freire sobre extensão que destacou sua natureza participativa, dialógica e comprometida com a transformação social, em contraste com uma abordagem unidirecional e desvinculada da realidade das pessoas. A extensão, sob a perspectiva de Freire, é uma poderosa ferramenta para a construção de uma sociedade mais justa e

igualitária, na qual o conhecimento é um instrumento de libertação e empoderamento (FREIRE, 1983).

Dessa forma, a extensão universitária é uma prática acadêmica que se caracteriza pela interação da universidade com a sociedade, visando promover a troca de conhecimento e experiências entre a instituição de ensino superior e a comunidade em geral. Ela se destaca por ser uma das três funções da universidade, ao lado do ensino e da pesquisa, e desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento social, na formação cidadã e na democratização do acesso ao conhecimento com ações que têm como objetivo aplicar o conhecimento acadêmico em benefício da sociedade, resolver problemas locais, fortalecer a cidadania, e contribuir para o desenvolvimento sustentável e inclusivo (FRUTUOSO, 2020).

O conceito de extensão expresso na Resolução 7/2018 define a Extensão na Educação Superior Brasileira como:

[...] atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018, [n.p.]).

Assim, a extensão tem um forte caráter inclusivo e democrático, buscando alcançar diversos públicos para promover a troca de conhecimentos, valores e culturas, enriquecendo tanto a universidade quanto a sociedade, desempenhando um importante papel na formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o bem-estar coletivo.

Mas será que na prática a extensão tem atingido seus objetivos nas IES? Como estão sendo desenvolvidos os projetos nas disciplinas

extensionistas desde a obrigatoriedade de sua curricularização? Buscando responder a tais perguntas, o objetivo deste estudo é analisar documentos referentes à extensão curricularizada de um Centro Universitário do interior do estado de São Paulo, buscando evidências que demonstrem a efetividade ou não da extensão como processo de formação profissional alinhada aos objetivos da extensão como proposto nos requisitos teóricos e legais.

O Centro Universitário em questão iniciou a implantação da extensão curricularizada em 2021 com a composição de um Comitê de Extensão ligado à uma de suas Pró-Reitorias, com o objetivo de traçar as diretrizes e regulamentos a serem seguidos pelos seus cinco cursos de graduação na modalidade EaD e vinte e cinco cursos de graduação na modalidade presencial. Uma vez traçadas as diretrizes e a composição do Regulamento de Extensão e Atividades Extracurriculares, a IES iniciou uma fase de capacitações, primeiramente com coordenadores de curso e seus núcleos docentes estruturantes (NDE) com o objetivo de instrumentalizá-los dos conhecimentos necessários para alterações das matrizes curriculares (quando necessário) ou incorporação da extensão nas disciplinas já existentes. Depois, foram feitas novas capacitações com os docentes que assumiriam as disciplinas extensionistas para que pudessem compreender seu conceito e forma de operacionalização. As capacitações foram fundamentais para a implantação segura dessa mudança, ainda que, compreendendo que a prática revelaria novos aspectos que não haviam sido previstos (TOMAZELLI *et al*, 2022).

Em 2023 a IES adquiriu uma plataforma de gestão de projetos que foi disponibilizada para todos os professores e estudantes, organizando melhor a estruturação dos projetos extensionistas e seu acompanhamento.

A realização deste levantamento faz parte do movimento previsto em 2021 pelo Comitê de Extensão de análise para a autocrítica

necessária ao movimento de melhoria contínua do processo de curricularização da extensão na IES.

MÉTODOS

Para desenvolver este trabalho elegeu-se os métodos de pesquisa documental e bibliográfica. Para a seleção de literatura foram feitas buscas em bases de dados eletrônicas EBSCO *host Research Platform*, Google acadêmico e catálogo de teses e dissertações da CAPES e utilizou-se como palavras chaves: extensão curricularizada e extensão universitária. Os critérios de inclusão foram publicações em português, disponibilidade em acesso aberto e apresentar conceito e história da extensão universitária como tema principal.

A pesquisa bibliográfica é uma abordagem sistemática que visa identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as informações disponíveis em fontes escritas, como livros, artigos científicos, teses, dissertações e outros documentos acadêmicos. Essa modalidade de pesquisa não envolve a coleta de dados diretamente da realidade, mas sim a análise crítica e organização do conhecimento já existente sobre um determinado tema (GIL, 1999).

O processo de pesquisa bibliográfica envolve a busca por obras relevantes, a leitura e análise cuidadosa do conteúdo, a identificação de conceitos-chave e a compilação das informações de maneira coerente. Essa abordagem é frequentemente utilizada como um passo inicial em pesquisas acadêmicas e científicas, permitindo aos pesquisadores compreenderem o estado atual do conhecimento sobre o tema escolhido, identificar lacunas existentes e embasar teoricamente seus estudos (MARCELINO, 2020).

A pesquisa documental é uma abordagem de pesquisa que se concentra na análise e interpretação de documentos escritos, registros

ou materiais de arquivo. Esses documentos podem incluir uma ampla variedade de fontes, como livros, relatórios, cartas, diários, artigos, legislação, fotografias, mapas, registros de arquivo, entre outros. A pesquisa documental busca coletar, examinar e contextualizar esses materiais a fim de responder a perguntas de pesquisa ou investigar um determinado tópico (MAGALHÃES JÚNIOR; BATISTA, 2023).

A pesquisa documental envolve várias etapas, incluindo a seleção de documentos relevantes, a organização e catalogação desses documentos, a análise crítica do seu conteúdo e a interpretação dos resultados.

Essa abordagem de pesquisa é valiosa para a obtenção de informações sobre eventos passados, a evolução de ideias, a documentação de práticas organizacionais, a análise de políticas e a construção de argumentos embasados em evidências. A pesquisa documental também pode ser complementada com outras técnicas de coleta de dados, como entrevistas, pesquisas de campo e análise estatística, para enriquecer a compreensão de um determinado fenômeno ou questão de pesquisa (FAVERO; CENTENARO, 2019).

Dessa forma, para a pesquisa documental deste estudo, foram analisados 3 tipos de documentos produzidos por docentes em 29 disciplinas extensionistas ministradas no primeiro semestre de 2023, na IES estudada. Os documentos analisados foram: projeto inicial de extensão, relatório final de extensão e plano de aprendizagem do aluno (PAA), todos feitos pelos docentes responsáveis pelas disciplinas extensionistas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A IES estudada é um Centro Universitário de Ribeirão Preto (SP) que apresenta 30 cursos de graduação e implantou a curricularização da extensão para todos os cursos desde 2021, conforme previsto na

resolução 7/2018 (BRASIL, 2018). Porém, a oferta da disciplina extensionista depende de sua posição na matriz curricular, o que fez com que cinco cursos ainda não tivessem vivenciado a prática da extensão no primeiro semestre de 2023.

A análise dos documentos permitiu sistematizar os aspectos analisados conforme descrição feita no Quadro 1. As áreas de conhecimento dos cursos de graduação envolvidos nos projetos extensionistas foram classificados de acordo com a CAPES (BRASIL, 2022).

Quadro 1 - Parâmetros analisados nos documentos e critérios de classificação.

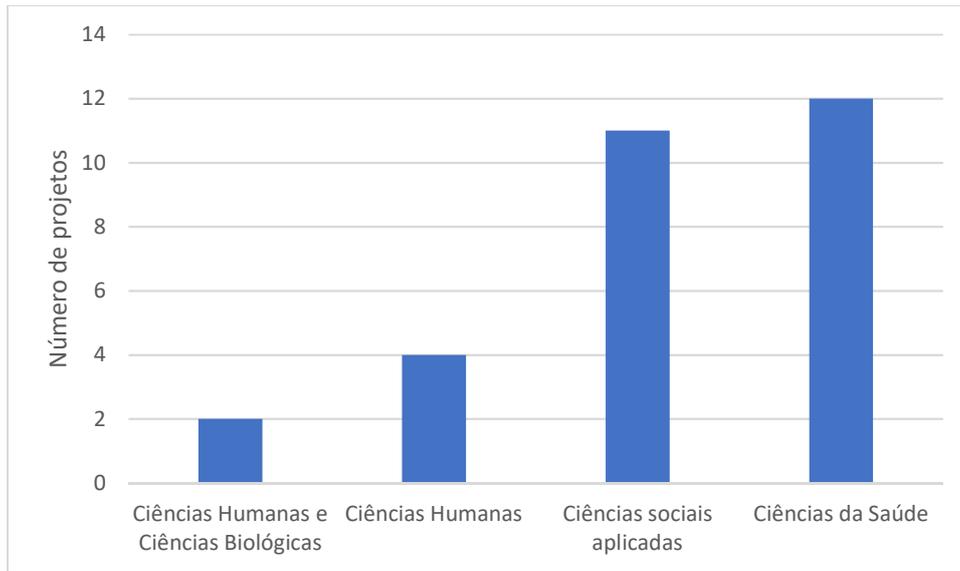
Parâmetro	Crítérios de Classificação
Área	Ciências Sociais aplicadas Ciências da Saúde Ciências Humanas
Metodologia	<i>Desing thinking</i> Arco de Maguerez
Levantamento das necessidades do público alvo	Demanda trazida pela comunidade Questionário Entrevista Publicações Levantamento <i>in loco</i>
Nível de abrangência	Governamental Pessoa física Terceiro setor Iniciativa privada
Público alvo	Descrição conforme projeto
Ação ou produto final	Ação realizada no local Produção de material (cartilha, podcast, vídeo) Misto
Impactos no público alvo	Avaliado Não avaliado
Objetivos sócio comunitários	Claros e mensuráveis Claros, mas não mensuráveis Subjetivos
Objetivos educacionais	Claros e mensuráveis

	Claros, mas não mensuráveis Subjetivos
Coerência com o Plano de aprendizagem do aluno (PAA)	<p>O projeto extensionista aparece totalmente integrado no PAA</p> <p>O projeto extensionista aparece parcialmente integrado no PAA</p> <p>O projeto extensionista aparece, mas não está integrado no PAA</p> <p>O projeto extensionista não aparece no PAA</p>

Fonte: autoria própria

Os cursos que tiveram disciplinas extensionistas no primeiro semestre de 2023 concentraram-se em quatro áreas de conhecimento (Figura 1), sendo predominantemente cursos da área da Saúde. Foram identificados 12 projetos da área de Ciências da Saúde, 11 de Ciências Sociais aplicadas, 4 de Ciências Humanas e 2 de Ciências Humanas e Ciências Biológicas, totalizando 29 projetos distribuídos em 20 cursos presenciais e 5 graduações EaD.

As atividades extensionistas foram desenvolvidas para uma grande variedade de público alvo, envolvendo estudantes de escolas da educação básica, jovens e adultos de instituições assistenciais, pessoas físicas atendidas na própria IES ou outros espaços, graduandos de cursos da IES, comunidade de parques e bairros do município de Ribeirão Preto, e empresas do setor privado. Dessa forma, identificou-se que a comunidade atingida foi ampla e variada, e as propostas de ações buscaram estar alinhadas com o perfil de formação do respectivo curso de graduação, assim como previsto nos documentos oficiais sobre a curricularização da extensão.

Figura 1 – Áreas de conhecimento dos projetos avaliados.

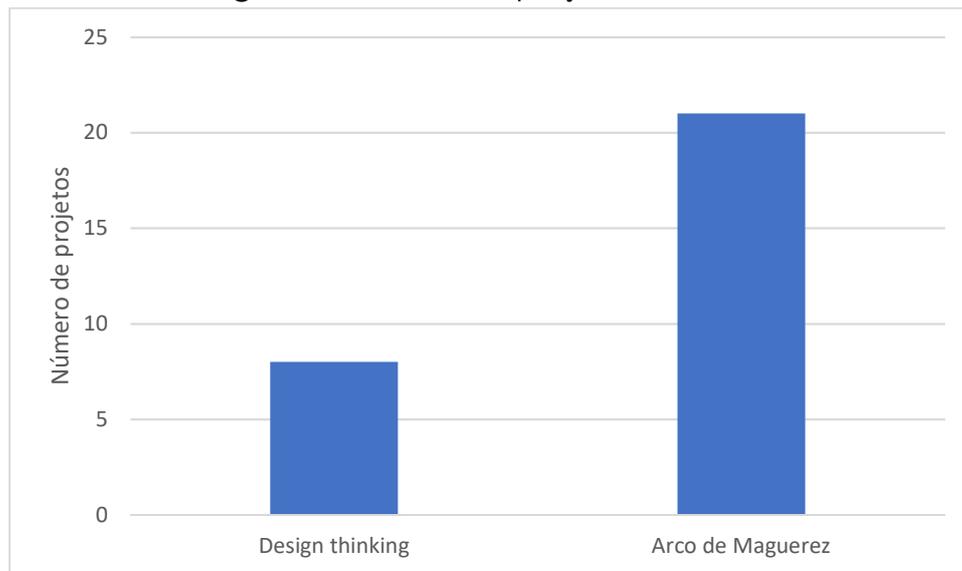
Fonte: autoria própria.

As metodologias empregadas nos projetos extensionistas foram apenas de dois tipos – *Design thinking* e Arco de Magueres (Figura 2). Essas metodologias foram estabelecidas pela própria IES em seu regulamento da extensão (CBM, 2022). Dessa forma, todos os docentes tiveram que adaptar seus projetos a uma das duas metodologias.

Essas metodologias foram escolhidas por trazerem um forte componente de interação com as pessoas que são objeto do estudo. Tanto na proposta do Arco de Magueres quanto no *Design Thinking*, o estudo ou ação proposta devem partir das necessidades do público-alvo, o que é uma premissa da extensão. O Arco de Magueres envolve as seguintes etapas: levantamento da necessidade/problema; pontos-chaves; teorização; hipótese de solução; aplicação à realidade. Já o *Design Thinking* abrange as seguintes etapas: empatia; definição do problema; hipótese de solução; protótipo; teste. Importante destacar que os docentes ficam livres para escolher o método que melhor se adequa aos objetivos propostos na extensão. Os docentes responsáveis pelas disciplinas extensionistas participaram de capacitações para trabalharem com os métodos propostos (TOMAZELLI et al, 2022).

A análise documental, permitiu constatar que o *Design thinking* foi a opção apenas de cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas, principalmente aqueles relacionados à Gestão, somando 8 projetos. As demais áreas utilizaram a metodologia do Arco de Maguerez, somando 21 projetos.

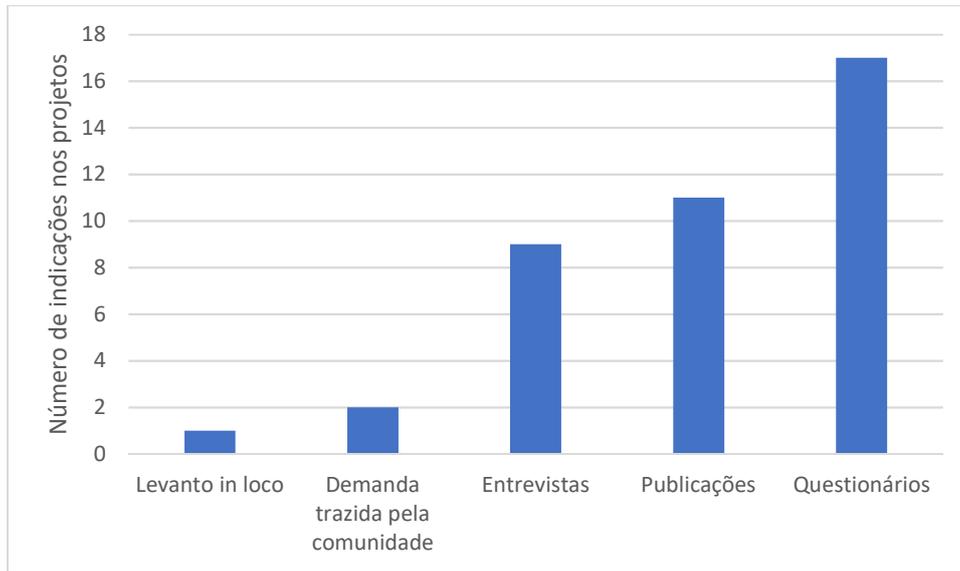
Figura 2 – Metodologias utilizadas nos projetos.



Fonte: autoria própria.

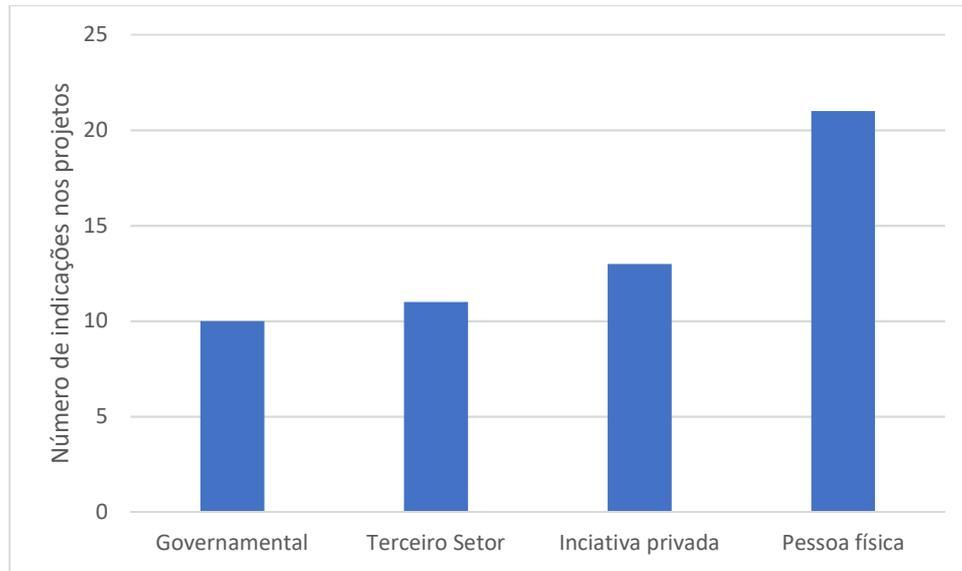
Conforme definições da extensão, os projetos devem atender alguma demanda da comunidade. Neste sentido, foi analisado como foi realizado o levantamento das necessidades da comunidade na IES, encontrando-se 5 formas diferentes: levantamento *in loco*, demanda trazida pela comunidade, entrevistas, publicações oficiais (artigos, teses, institutos e órgãos oficiais, etc) e questionários (Figura 3). Dessa forma, tem-se que 1 projeto fez levantamento *in loco*, 2 projetos foram realizados por demandas trazidas da comunidade, 9 projetos realizaram entrevistas, 11 usaram dados publicados e 17 realizaram questionários. Alguns projetos utilizaram mais do que uma fonte para levantamento de dados, muitas vezes combinando entrevistas, questionários e dados publicados.

Figura 3 – Estratégias utilizadas para levantamento das necessidades da comunidade.



Fonte: autoria própria.

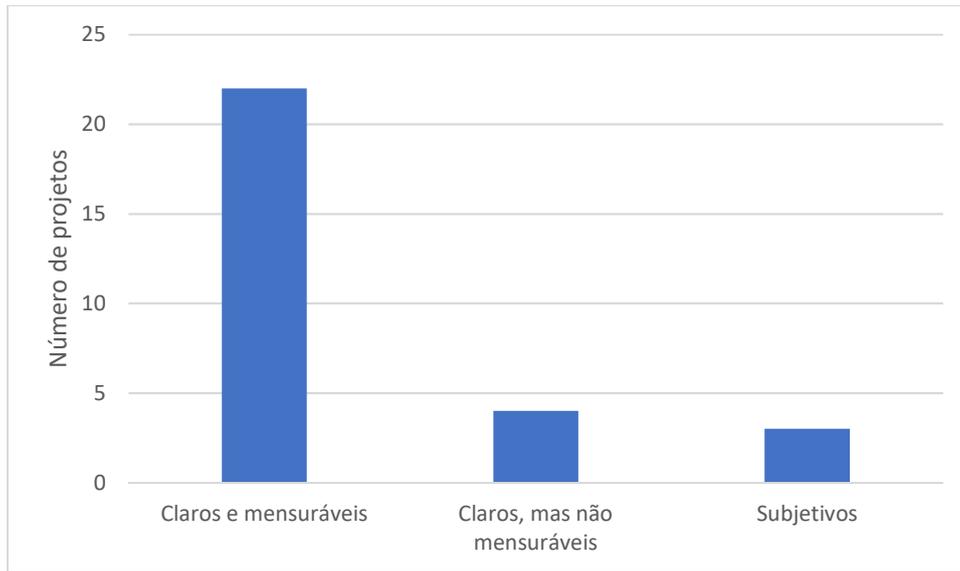
Os projetos desenvolvidos na IES envolveram 4 níveis de abrangência: governamental (desenvolvidos em instituições públicas, como escolas, por exemplo), terceiro setor (desenvolvidos em ONGs), iniciativa privada (desenvolvidos em empresas) e pessoa física (atendimentos ou prestação de serviços) (Figura 4). Foram desenvolvidos 10 projetos em nível governamental, 11 para o terceiro setor, 13 em empresas e 21 para pessoas físicas. Ressalta-se que alguns projetos foram desenvolvidos em mais de um nível de abrangência, envolvendo inclusive em alguns deles, os quatro níveis de abrangência. Percebeu-se que disciplinas com projetos com objetivos mais amplos permitiram que grupos de alunos desenvolvessem ações em diferentes níveis de abrangência e para público bem diverso, ampliando as possibilidades de áreas de atuação. Essa flexibilidade é uma das “riquezas” da extensão universitária nessa IES, uma vez que permite aos estudantes de uma mesma turma trabalharem em dimensões diferentes um mesmo tema, podendo conhecer os diversos resultados possíveis.

Figura 4 – Nível de abrangência dos projetos.

Fonte: autoria própria.

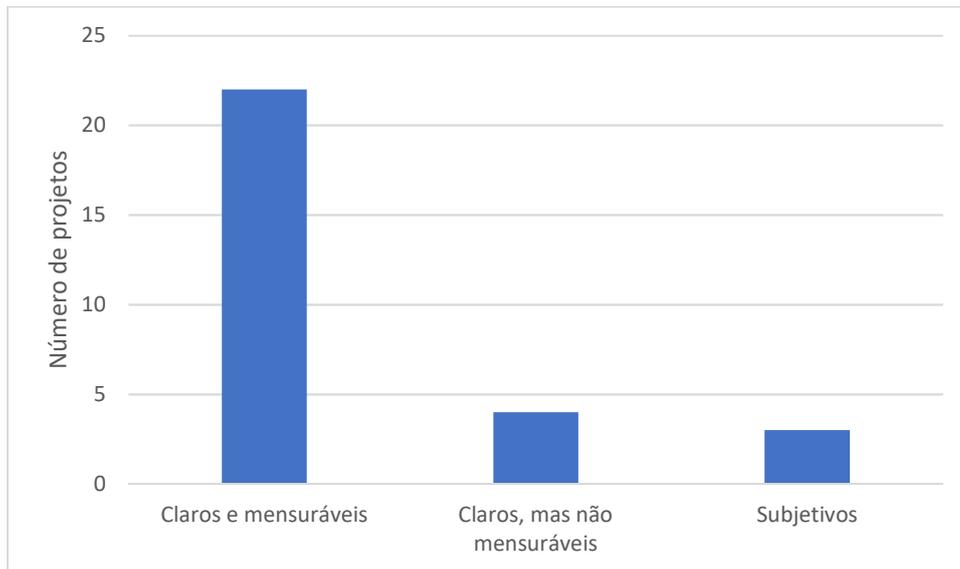
A análise documental permitiu constatar também que a definição dos objetivos dos projetos representa um ponto frágil nas disciplinas extensionistas. Os objetivos educacionais para os estudantes de graduação aparecem de forma clara e podem ser mensuráveis em 22 dos projetos analisados, apresentando 4 projetos com objetivos claros, mas não mensuráveis, e apenas 3 projetos com objetivos subjetivos (Figura 5). Entretanto, os objetivos sócio comunitários, ou seja, aqueles relacionados aos objetivos para a comunidade/público-alvo na maior parte dos projetos estão claros, mas são objetivos não mensuráveis, totalizando 16 projetos (Figura 6), o que dificulta a avaliação da efetividade da ação realizada e ainda, 10 projetos apresentaram objetivos totalmente subjetivos, dificultando a compreensão da proposta do projeto extensionista. Apenas 3 projetos apresentaram objetivos claros e mensuráveis, enfatizando a dificuldade dos docentes

Figura 5 – Características dos objetivos educacionais (para os estudantes de graduação) descritos nos projetos avaliados.



Fonte: autoria própria.

Figura 6 - Características dos objetivos sócio comunitários (para o público-alvo) descritos nos projetos avaliados.

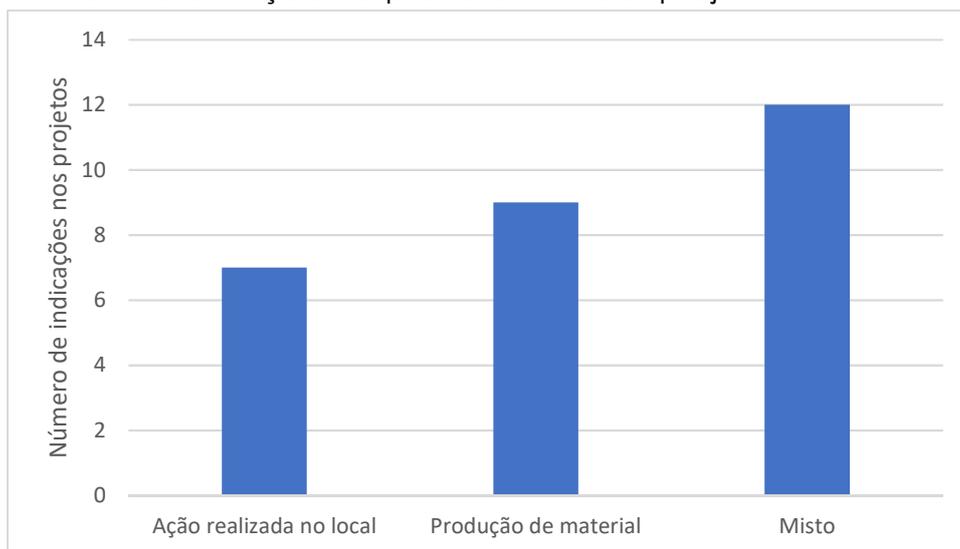


Fonte: autoria própria.

Foram avaliadas também as ações realizadas nas atividades extensionistas (Figura 7). Nove (9) projetos desenvolveram materiais que foram disponibilizados à comunidade, tais como cartilhas, vídeos, podcasts e plano de arborização. Esses materiais foram produzidos a partir de uma demanda identificada que apontava para a sua

necessidade. Outros 7 projetos desenvolveram ações nos locais definidos conforme o levantamento das necessidades, tais como ações em parques, escolas, instituições ou ainda prestação de serviços a empresas. A maioria dos projetos (12) realizou os dois tipos de atividades (misto), combinando produção de materiais com ações nos locais. Depois de prontos, os materiais produzidos foram entregues à comunidade que fez a sua solicitação e também, em alguns casos, estão sendo distribuídos ou colocados à disposição da sociedade pela própria IES, em seu repositório institucional *on line* de modo a continuar sendo distribuídos para a população.

Figura 7 – Caracterização do produto final dos projetos.

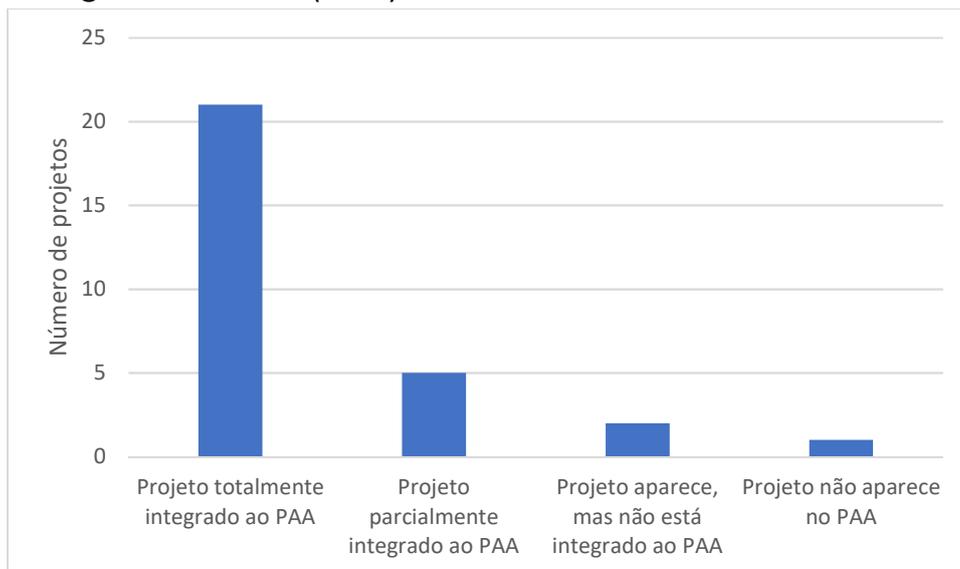


Fonte: autoria própria.

Para avaliar a integração entre as atividades extensionistas na disciplina e os objetivos educacionais, foi usado o documento plano de aprendizagem do aluno (PAA). Tal documento é produzido por todos os docentes da instituição sempre no início do semestre letivo e deve constar os objetivos educacionais, níveis cognitivos, métodos e formas de avaliação, representando um importante instrumento de planejamento das disciplinas na IES. Percebeu-se que a maioria das atividades extensionistas (21) está totalmente integrada no PAA da respectiva

disciplina (Figura 8), cumprindo a proposta da extensão curricularizada, visto que a atividade extensionista é indissociável do aprendizado teórico, uma vez que necessita deste para fundamentar a ação com a sociedade. Entretanto, 9 disciplinas ainda não apresentam tal integração de forma clara, distribuídos em 5 projetos parcialmente integrados no PAA, 2 em que o projeto aparece apenas citado no PAA e 1 em que o projeto não aparece no PAA. Esses resultados demonstram a dificuldade dos docentes em incorporar a extensão como método de ensino, o que faz com que toda a disciplina seja repensada e trabalhada sob uma nova perspectiva.

Figura 8 – Relação dos projetos com os respectivos planos de aprendizagem do aluno (PAA).



Fonte: autoria própria.

Um dos pressupostos da extensão é atender alguma demanda da comunidade. Embora os projetos tenham descritos objetivos relacionados a essas demandas, conforme levantamento das necessidades, os impactos no público-alvo não foram avaliados em nenhum dos projetos (Figura 9). Em alguns dos relatórios analisados, verificou-se que foram realizados questionários de satisfação, porém de forma bem incipiente, sem de fato verificar o quanto a atividade ou o

serviço realizado contribuíram para a melhoria das condições levantadas inicialmente.

A curricularização da extensão representou um grande passo em direção à conquista da indissociabilidade entre ensino e extensão, conforme documentos oficiais que afirmam o papel fundamental da extensão universitária em uma formação acadêmica comprometida com a transformação social (RESENDE et al., 2017). Portanto, avaliar os impactos da extensão na comunidade é um passo importante para a efetivação do papel da extensão.

Santos, Meirelles e Serrano (2013, p.78) destacaram que

Considerando as peculiaridades de cada instituição, a avaliação da extensão deve abordar três níveis inter-relacionados: o compromisso institucional para efetivação das atividades de extensão; o impacto das atividades de extensão junto aos segmentos sociais alvos das atividades; os processos, métodos e instrumentos de avaliação das atividades de extensão (SANTOS; MEIRELLES; SERRANO, 2013).

A avaliação dos impactos e transformações sociais talvez seja o maior desafio nos projetos extensionistas. Para transpor tais dificuldades é importante que a IES e seus respectivos cursos, por meio de seus Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) estabeleçam critérios de avaliação. A partir de tais critérios, os docentes e discentes das disciplinas extensionistas podem planejar de forma mais clara os objetivos das atividades que serão desenvolvidas e como elas serão avaliadas.

Silva (2022, p. 113) cita alguns itens que podem ser considerados no processo de avaliação do impacto e transformação social: houve mudança na comunidade externa e interna durante ou após a ação de extensão; a ação de extensão contribuirá para a transformação da realidade e/ou inclusão de pessoas; a proposta articula-se com as necessidades locais, regionais e/ou nacionais; a ação considera os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) presente na Agenda

2030 da ONU; os resultados da ação contribuirão para uma maior qualidade de vida e/ou bem-estar dos envolvidos; as ações poderão continuar pela comunidade externa mesmo após o término da intervenção da universidade.

Figura 9 – Avaliação dos impactos dos projetos no público-alvo.



Fonte: autoria própria.

O processo de avaliação dos impactos deve estar alinhado com o pressuposto de que a extensão esteja realmente voltada para a compreensão da realidade objetiva e comprometida com a sua transformação, devendo articular ações de ensino e de pesquisa que estejam alinhadas com a apreensão das necessidades contidas na realidade vivenciada no campo popular, mobilizando de modo permanente esforços criativos para estabelecer uma interação participativa e horizontal, que possibilite às pessoas exporem seus pensamentos, sentimentos, saberes e vivências, viabilizando uma construção coletiva de saberes com vistas ao comprometimento social que concretize transformação na sociedade, assim como na Universidade (ARAÚJO, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise documental realizada permitiu constatar que a IES avaliada tem buscado atender os requisitos da curricularização da extensão, apresentando registro e sistematização dos processos extensionistas, alinhados com as necessidades da comunidade e com os objetivos de formação profissional dos graduandos.

Embora a curricularização da extensão seja uma realidade já em curso em várias instituições, ainda é algo que traz muitos desafios na prática. Os resultados deste estudo demonstram que há uma busca por atender os pressupostos da extensão, principalmente no que se refere ao papel da extensão na formação profissional. Entretanto, ainda há muita dificuldade em estabelecer objetivos sócio comunitários e em avaliar os impactos da extensão na comunidade.

A extensão universitária não é algo recente nas IES brasileiras, mas no formato obrigatório e como parte integrante das matrizes curriculares é uma novidade que fez com que houvesse a necessidade de adequação e proposição de novos formatos de execução. Neste sentido, pode-se inferir que a dificuldade em estabelecer objetivos e avaliar impactos seja oriunda da inexperiência e do pouco tempo com disciplinas extensionistas, visto que o docente está habituado a pensar nos objetivos educacionais para os discentes e não para a comunidade. Uma possibilidade para a mudança nesse aspecto seja intensificar as capacitações em formato dialógico, permitindo ao docente trazer suas dificuldades e compartilhá-las com os demais buscando soluções coletivas.

É importante também que as IES proponham instrumentos de avaliação e indicadores de resolutividade para mensuração dos impactos das ações na comunidade. Tais instrumentos são fundamentais para que docentes e discentes possam planejar suas ações de forma

mais assertiva, buscando de fato a melhoria da qualidade de vida do público-alvo.

É preciso considerar que há necessidades ou dificuldades da sociedade cuja resolução se dará em um espaço de tempo longo, não sendo possível ser acompanhada no espaço de tempo de uma disciplina, o que faz com que as atividades realizadas pelos estudantes sejam parte de um todo que irá se compondo no tempo, o que dificulta ainda mais a sua mensuração dos impactos.

Foi possível observar, por meio dos documentos analisados, que os docentes, em sua maioria, conduziram suas disciplinas em acordo com as diretrizes institucionais, o que revela o resultado positivo dos treinamentos oferecidos aos professores e à disponibilidade do Comitê de Extensão para acompanhá-los. Nesse sentido percebe-se a necessidade de ofertar mais capacitações aos docentes com o objetivo de corrigir os desvios de percurso e dificuldades observados nesse trabalho.

Mesmo diante das fragilidades relacionadas à avaliação dos impactos e definições de objetivos sócio comunitários constatadas neste estudo, fica evidente a importância que a extensão assume na formação profissional, colocando os graduandos em contato com a realidade da comunidade e buscando meios para solucionar problemas reais, de acordo com o perfil de formação de cada área. Além disso, aproxima a IES da comunidade contribuindo para o exercício da cidadania e também para a inserção dos futuros profissionais no mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. S. Extensão universitária: aspectos histórico-conceituais e o desvelar de outra possibilidade teórico-metodológica a partir da educação popular. In: CRUZ, P. J. S. C. et al. (Orgs.). **Vivências de extensão em educação popular no Brasil: extensão e formação**

universitária: caminhos, desafios e aprendizagens. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018. p. 273-309.

BRASIL. CAPES. **Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio-1/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao> Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil (1988)**. Senado Federal. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/constituicao-federal.asp>. Acesso em 25/09/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf.

CARDOSO, D.M.S. **Curricularização da extensão e educação profissional: possibilidades de ações colaborativas para mudanças na prática docente**. Dissertação (Mestrado em saúde coletiva), Universidade do extremo sul catarinense, Programa de Pós graduação em saúde coletiva, Mestrado profissional, Criciúma, 2020, 190p.

CBM. Centro Universitário Barão de Mauá. Conselho Universitário. Plano de desenvolvimento institucional. Ribeirão Preto: Conselho Universitário, 2022. Disponível em: <https://baraodemaua.br/normas-e-regimentos>. Acesso: 28/11/23.

CRISTOFOLETTI, E. C.; SERAFIM, M. P. Dimensões metodológicas e analíticas da extensão universitária. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, e90670, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623690670> . Acesso em: 25 set. 2023.

FAVERO, A. A.; CENTENARO, J. B. A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites. **Revista Contrapontos**, São Paulo, v. 19, n. 1, 2019.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 38. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FRUTUOSO, T. P. **O processo de curricularização da extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Santa Catarina**. 2020. 162 f.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MAGALHÃES JÚNIOR, C. A. O.; BATISTA, M. C. (Orgs). **Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências**. 2. ed. Ponta Grossa: Atena, 2023.

MARCELINO, C. A. A. S. **Metodologia de pesquisa** [recurso eletrônico]. Curitiba: Contentus, 2020.
Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/>

NUNES, E. B. L.; PEREIRA, I. C. A.; PINHO, M. J. A. Responsabilidade social universitária e a avaliação institucional: reflexões iniciais. **Avaliação**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 165–77, 2017.

PAULA, J. A. A. extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 5–23, 2013.

RESENDE, M. C. F.; ALBUQUERQUE, L. M.; MOREIRA, T. R.; BORGES, B. K. N. O. A curricularização das práticas de extensão na PUC Minas. **Conecte-se!**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 88-103, 2017.

SANTIAGO, A. R. Extensão universitária: entre o pensar, experiências e o por fazer. In: SOUSA, A. J.; CARNEIRO, S. R. O.; ROCHA, V. O. **Extensão Universitária na UFRB**. Cruz das Almas: Editora da UFRB, 2017.

SANTOS, S.; MEIRELES, F.; SERRANO, R. Avaliação da extensão: dos conceitos fundamentais a reflexões sobre a prática. In: NOGUEIRA, M. D. P. (org.) **Avaliação da extensão universitária: práticas e discussões da comissão permanente de avaliação da extensão**. Belo Horizonte: FORPROEX/UFMG, 2013, p. 76-98. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/avalia%C3%A7%C3%A3o_da_extens%C3%A3o- livro_8.pdf Acesso em: 28 nov. 2023.

SILVA, L. D. **Avaliação da extensão universitária: caminhos, desafios e possibilidades**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2022. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/2167> Acesso em: 28 nov. 2023.

SILVA, A. W. C.; FRANCO, P. F. C. (Orgs). **Curricularização da extensão: compromisso social e inovação**. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2020.

SOARES DE SOUZA, O. S. A. extensão universitária e as universidades populares. **Entreideias**, São Paulo, v. 10, n. 9, 2006.

TEIXEIRA, P. extensão universitária na Europa: a terceira missão. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 59-62, 12 out. 2015.

TOMAZELLI, A. C.; PETERSEN, C. B.; PAPA, P. R. M.; PARACCHINI, V. T. A. Curricularização da Extensão: a contribuição da formação mediada por tecnologia. **Revista Educação a Distância**, Batatais, v. 12, n. 1, p. 43-58, jan./dez. 2022.